# Reflexões acerca da manutenção do conceito de campesinato

# Reflexiones acerca del mantenimiento del concepto de campesinado

Ariel Pereira da Silva Oliveira[1]

**RESUMO**

O escopo do presente artigo é apresentar reflexões acerca da manutenção do conceito de campesinato. O camponês é aqui entendido como classe social parte do capitalismo, mas que não absorve sua lógica, ao contrário, resiste as formas de apropriação da renda camponesa da terra pelo capital. O conceito em questão é pertinente uma vez que dá as ferramentas necessárias para entender as estratégias de reprodução camponesa no espaço agrário. O presente artigo traz pontos que advogam em prol da defesa da manutenção do conceito. O caminho trilhado foi uma revisão bibliográfica condizente com a temática afim de sustentar o objetivo principal.

**Palavras-chave**: Campesinato. Capitalismo. Espaço agrário.

**RESUMEN**

El objetivo del presente artículo es presentar reflexiones acerca del mantenimiento del concepto de campesinado. El campesino es acá entendido como clase social que hace parte del capitalismo, pero que no absorbe su lógica, al revés, resiste al capital en sus formas más diversificadas formas de apropiación de la renta campesina de la tierra. El concepto en cuestión es pertinente una vez que da las herramientas necesarias para comprender las estrategias de reproducción social dese sujeto en el espacio agrario. El presente artículo trae puntos que abogan en favor de la defensa de mantenimiento del concepto. El camino trillado fue una revisión bibliográfica conducente con la temática con el propósito de sostener el objetivo principal.

**Palabras-clave**: Campesinado. Capitalismo. Espacio agrario.

## 1 INTRODUÇÃO

O campesinato como conceito não é recente e nos dá as ferramentas necessárias para entender sua inserção enquanto classe no interior do Modo Capitalista de Produção. O camponês desenvolveu ao longo do tempo estratégias de resistência frente às formas de subordinação e apropriação da sua renda da terra. Mesmo sendo parte integrante desse sistema, o camponês não interioriza sua lógica no processo de produção

[1] Licenciado em geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: aripso543@gmail.com

Recebido em: 21/05/2018 Aceito em: 30/11/2018

e está no centro de um intenso debate acerca de sua pertinência e validade; esse debate se encontra polarizado dentro de dois paradigmas.

Harnecker e Uribe (1980) defendem que o termo classe média é uma estratégia burguesa que junta grupos heterogêneos, na tentativa de minorar o antagonismo das classes, procurando atenuar suas contradições. O conceito de classe média é um discurso ideológico disseminado pela classe hegemônica para mascarar a luta de classes característica do capitalismo pautada (nesse caso) na conflitualidade entre a burguesia e o proletariado.

Ao dividir grupos sociais de acordo com a renda, poder de consumo entre outros, e não mais como classes sociais, os trabalhadores que recebem uma remuneração maior pela venda da sua força de trabalho, não se enxergam enquanto classe trabalhadora e sim como classe média, e apesar de terem a mesma experiência de classe, não possuem consciência, resultando no seu apoio à classe antagônica, não àquela da qual realmente faz parte. Essa situação é similar quando se observam discursos que defendem a desvalorização do campesinato em detrimento do termo agricultura familiar.

Este trabalho se justifica, portanto, por definir o sujeito protagonista desse trabalho e defender a manutenção do conceito de campesinato enquanto conceito analítico dentro das Ciências Humanas, e levantar o debate de que a defesa do termo agricultura familiar vai além da transformação do camponês em um agricultor capitalista altamente inserido no mercado. Trata-se de uma estratégia para enfraquecer a luta de classes, e os demais projetos de sociedade contrários aos interesses hegemônicos como a reforma agrária.

## 2 O CAMPESINATO E A AGRICULTURA FAMILIAR SOB A ÓTICA DOS PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAPITALISMO AGRÁRIO

A discussão sobre a questão agrária se encontra dentro de dois paradigmas, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O PQA, segundo Fernandes (2013), tem como principais frentes de análises questões ligadas à renda da terra, à diferenciação econômica e à influência do capitalismo no campo. Vinha (2013) reforça que, além desses enfoques, as pesquisas dentro do PQA abordam as práticas de luta e resistência frente ao capital.

Já o PCA surgiu nos anos 1990, e nessa mesma década se estruturou e fortaleceu o termo agricultura familiar. Vinha (2013) afirma que esse paradigma vislumbra soluções por meio das políticas públicas em prol da integração ao mercado, e possui duas tendências bem delimitadas: a agricultura familiar e o agronegócio.

> Neste paradigma não existe lugar para a conflitualidade ou antagonismo, de maneira que ambas as tendências dão continuidade ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. A lógica do PCA não nega a luta pela terra, mas também não dá foco à ação como um instrumento de superação, mas nas políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades. A agricultura familiar faz parte do sistema capitalista que, ditado por essa lógica, não pode se afastar dessas premissas porque ela é hegemônica e totalizante. (VINHA, 2013, p. 37).

Para Marques (2008), o termo agricultura familiar tem a proposta de substituir o de camponês, enquanto conceito-síntese, e propõe uma abordagem evolucionista que empobrece o debate acerca da questão agrária:

> Generalizou-se o nome agricultura familiar. E essa agricultura familiar é considerada mais avançada se estiver integrada às grandes agroindústrias. Até o programa de crédito da agricultura familiar – PRONAF – se baseia nessa concepção de que aquele que produz prioritariamente para o autoconsumo é atrasado, não tem viabilidade econômica. E, por isso, deve receber financiamentos para ter condições de produzir prioritariamente para o mercado, integrando-se o máximo possível a alguma cadeia produtiva do agronegócio. (CAMPOS, 2006, p. 160).

O termo agricultura familiar se popularizou com a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), considerada um marco por ser a primeira política pública em prol da agricultura familiar. Outro marcos importante no amadurecimento do termo foi a Lei nº 11.326 e a metodologia do último Censo Agropecuário de 2006, que passou a adotar o termo agricultura familiar.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a referida lei foi o marco legal da agricultura familiar e possibilitou sua inserção em estatísticas oficiais:

> O conceito agricultura familiar não é inédito no arcabouço legal brasileiro. Conceitos muito próximos já vinham sendo utilizados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ou nos segurados especiais em regime de economia familiar da Previdência Social. O conceito também não é novidade na academia e foi utilizado em inúmeros trabalhos, tal como os da pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO) / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –

> INCRA. Entretanto, apesar de estes conceitos terem uma forte sobreposição de públicos, não são rigorosamente iguais, e suas delimitações dependem de análises precisas. Neste trabalho, o conceito adotado foi **o da Lei nº 11.326, que é mais restritivo que as anteriormente citadas.** (IBGE, 2006, grifos nossos).

Para Fernandes (2009), o ponto positivo da incorporação do termo agricultura familiar pelo Censo Agropecuário de 2006 foi o de tirar do agronegócio dados incorporados indevidamente, dados que nunca lhe pertenceram.

Segundo Fernandes (2013), seguindo Abramovay, os problemas são conjunturais e dependem do desenvolvimento do mercado. Assim a permanência ou não do campesinato depende do mercado, que aniquila modos de vida que não seguem sua lógica. O camponês, para sobreviver deveria se converter em agricultor familiar, integrando-se totalmente ao mercado. Abramovay acredita que a causa da pobreza camponesa são os mercados incompletos:

> Desse modo, o entendimento da agricultura brasileira passa a caminhar com destino à viabilidade econômica, ou seja, aos resultados quantitativos do modelo, sendo que, nesta moderna economia, o agricultor familiar toma lugar do camponês sem-terra. Nesse sentido, a interpretação/classificação de Abramovay faz das unidades produtivas no campo é sintomática desta leitura arraigada nos resultados econômicos e, portanto, descolada do universo e da lógica camponesa. (ALMEIDA, 2003, p. 77).

Assim, Abramovay e demais intelectuais do PCA, que defendem essa tese, invertem a direção de análise do PQA, no qual o problema não está no capitalismo e sim na classe camponesa (FERNANDES, 2013):

> O foco do método do paradigma do capitalismo agrário dá ênfase aos processos determinantes do capital que metamorfoseia um sujeito para adequá-lo aos seus princípios. O foco do método do paradigma da questão agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistência do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história. (FERNANDES, 2013, p. 196).

Para Felício (2006), o camponês se encaixa dentro dos paradigmas da seguinte maneira:

**Quadro 1 - Visão do campesinato pelos diferentes paradigmas**

| Paradigma da Questão Agrária | Paradigma do Capitalismo Agrário |
|---|---|
| O camponês luta pela terra | Tendência ao desaparecimento |
| | Resquício do feudalismo |
| Luta pela terra e recriação do campesinato | Deve se transformar em agricultor familiar |
| | Deve buscar a inserção plena no mercado |
| | Deve racionalizar ao máximo a produção |

**Fonte: FELÍCIO, 2006, p. 209.**

Com base no quadro 1, observa-se que, no interior do PCA, há a defesa da tese do desaparecimento do campesinato. Shanin (2008) a rebate quando mostra que o que de fato ocorre é um processo oposto; para ele, o que ocorre é a recriação da classe camponesa, e não seu fim; o autor utiliza um exemplo brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que luta para que a terra cumpra sua função social por meio da redistribuição fundiária e assentamento de camponeses.

Como se sabe, nem a política nem a ciência são neutras, e o campesinato é um conceito político. Convém lembrar Paulino (2007), autora que defende que a tese do desaparecimento da classe camponesa tem balizado políticas territoriais excludentes, em especial as que objetivam a viabilização da agricultura de escala:

> Ora, a premissa de que os camponeses não existem, ou de que não possuem as condições materiais, técnicas ou culturais para recriarem-se como classe no contexto da economia mercantil, contém uma sentença tácita: a de que não podem ser protagonistas de um modelo alternativo de produção de energia vinculado à atividade agrícola. Esse é um convite a não política, porque o confronto entre alternativas produtivas sequer se anuncia, pavimentando o terreno para a expansão do agronegócio energético fundado na expropriação, na exploração extrema da força de trabalho e na depredação ambiental. (PAULINO, 2007, p. 102).

Ainda no quadro 1, percebe-se que o PCA, entende o campesinato enquanto resquício feudal. Shanin (2005) rebate essa tese, quando mostra que no "18 de Brumário de Luís Bonaparte", Marx já utiliza o conceito de campesinato na França capitalista. Para Shanin, insistir em encaixar o campesinato no Feudalismo de forma exclusiva é uma ação arbitrária que leva as seguintes concepções: a) todos os modos de produção que contêm camponeses são feudais; b) todas as unidades de produção familiares

exteriores ao feudalismo são não camponesas. Isso limita a compreensão da realidade social em suas complexidades e contradições.

Segundo Paulino (2012), a proposta de Abramovay de substituição do camponês, resulta na exclusão de tudo que constitui esse modo de vida. Análises assim que focam no mercado em detrimento das relações sociais como elemento fundamental em uma sociedade de classes distanciam-se dos pressupostos de Marx:

> A nosso ver, subjacente a essa opção teórica há uma destituição das relações sociais implícitas no caráter de classe de que o conceito é prenhe, em favor da conversão do mercado em elemento fundante da produção econômica e, consequentemente, da recriação social. Uma evidência disto é a tendência à vinculação do termo agricultor familiar ao conjunto daqueles que desfrutam de uma relação superavitária com o mercado, atribuindo-se aos depauperados o rótulo de camponeses. (PAULINO, 2007, p. 4).

Para Felício (2006), o PCA enxerga o futuro do campo de três formas: a inserção do camponês ao mercado, a pluriatividade ou então, políticas compensatórias. Com relação a essas abordagens, Paulino (2009) afirma que:

> Faz-se necessário, desse modo, estabelecer um contraponto a referenciais teóricos amplamente aceitos, pois algumas das disputas territoriais no campo não dizem respeito tão somente a questões de ordem técnica, da produção em si, sobre as quais recaem os holofotes. Antes, a precedem, porque compreendem a luta pelo acesso e permanência na terra. (PAULINO, 2009, p. 69).

Já com relação às análises que são empreendidas no interior do Paradigma da Questão Agrária, Felício acrescenta que:

> Para esse paradigma, a análise da luta camponesa compreende espaço, sujeito e tempo de forma dialética constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil. Assim, a luta pela terra no Brasil é elemento inerente à história do campesinato movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. (FELÍCIO, 2006, p. 209).

Ao concluir seu texto, Felício (2006) faz uma afirmação passível de contestação, para ele:

> Para o paradigma da questão agrária não há diferença entre agricultor familiar e camponês, pois, ambos são assim definidos por terem a família e o trabalho familiar por característica, pois, ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. (FELÍCIO, 2006, p. 217).

É preciso ser cauteloso com afirmações similares, já que nem a política nem a ciência são neutras e os discursos que sustentam os conceitos são antagônicos e visam modelos de produção agrícola e sociedade diferentes.

Segundo Souza e Santos (2013) o conceito de agricultura familiar é um discurso do capital, pois há apropriação do produto gerado pelo trabalho camponês sem que o capital contrate trabalhadores. Isso ocorre por meio da sujeição de camponeses que, transformados em agricultores familiares, têm sua total imersão no mercado, perdendo autonomia:

> Para os defensores da agricultura familiar, o discurso pauta-se nas possibilidades de melhoria da renda do produtor, sendo o mesmo inserido no mercado, esquecendo-se que essa inserção se faz de forma subordinada, e cuja dependência com relação às grandes empresas é tamanha que acaba por reduzir esses agricultores familiares à mera força de trabalho para o capital. Por outro lado, no que se refere à agricultura camponesa, cabe destacar que embora esses se subordinem à lógica capitalista, isto se faz como possibilidade de continuar se reproduzindo socialmente. (SOUZA; SANTOS, 2013, p. 461).

Para Paulino (2012, p. 64), "Portanto, não se trata de picuinhas conceituais, meros detalhes, visto que por trás das concepções teóricas se constroem (não necessariamente nessa ordem) projetos concretos de intervenção na realidade, os quais modificam o presente e redefinem o futuro". Assim, uttilizar o termo agricultor familiar é mais do que esvaziar esse sujeito de todo caráter político que concebê-lo enquanto classe social oferece; é reforçar a tese de que o campesinato é uma classe atrasada e em vias de extinção, sendo a única alternativa sua transformação em capitalista rural, ou seja, absorver e participar da lógica do capital e não mais resistir:

> Na perspectiva da superação do conceito de camponês florescem os trabalhos sobre agricultura familiar e inúmeras pesquisas são realizadas para provar que ela não é sinônima de pequena produção. Inclusive com o estranho argumento de que a categoria agricultura familiar demarca os limites em termos de classe, ao contrário do conceito de campesinato que se encontra condenado econômico e politicamente. Portanto, trata-se, mais uma vez, do velho discurso que, na aparência, fala da necessidade de um conceito mais puro, claro, mas na essência, nega o campesinato como classe com demandas conflitivas específicas. (ALMEIDA, 2003, p. 78).

O termo agricultura familiar, quando incentiva a capitalização do camponês e sua inserção nessa lógica, desconsidera as formas de resistência frente à apropriação da renda da terra camponesa pelo capital e na luta para que a terra cumpra sua função

social prevista na Constituição Federal de 1988. Para Almeida (2003), perde a lógica da terra como terra de trabalho, passa-se a trabalhar a partir de uma concepção de terra como mercadoria.

A escolha pela utilização de um desses conceitos demarca a postura política do pesquisador perante o modelo de sociedade que se almeja.

Divergindo do termo agricultura familiar, que propõe a possibilidade de se estabelecer um modelo aplicável a todos os agricultores, sem se preocupar com as particularidades que os diferentes espaços apresentam e empobrecendo o debate acerca da questão agrária, o conceito de campesinato proporciona um enriquecimento, uma vez que possibilita análises das mais diversas realidades agrárias de forma única, agregando diferentes modos camponeses de vida e apropriação do espaço.

Para melhor ilustrar essa ideia, pensemos que há um consenso entre os pensadores do PQA sobre quem é o camponês. Ele seria um sujeito pertencente a uma classe social com modo de vida e econômico próprio, que, apesar de inserido no modo capitalista de produção, não interioriza sua lógica, mas convive com a lógica mercantil do sistema.

O camponês é aquele que é dono e ao mesmo tempo trabalha nos seus meios de produção junto de sua família, sem a presença de trabalho assalariado. Por conseguinte, isso não deve ser entendido como um modelo aplicável a todas as realidades.

Para Shanin (2005), a heterogeneidade camponesa é indubitável; os camponeses apresentam diversidade entre si, nem mesmo um camponês permanece igual até o fim da vida, ele muda com o passar do tempo. Assim, o uso da generalização como conceito implica uma homogeneidade que na realidade não existe.

Shanin (2008) entende que dificilmente modelos teóricos e a classe camponesa se enquadrarão em uma plena sintonia, uma vez que os camponeses nem sempre atenderão a todos os requisitos teóricos preestabelecidos:

> Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato. (SHANIN, 2008, p. 34).

Um exemplo claro dessa questão é trazido por Martins, quando exemplifica a questão da propriedade da terra que, teoricamente seria uma característica que define o

camponês. Nesse sentido, Martins (2012) afirma que mesmo que o camponês não disponha desse meio de produção, isso não o descaracterizará enquanto tal, pois ele pode arrendar e, durante esse período, usará a terra como se fosse sua:

> Para um camponês, o trabalho só se dá na terra e não fora dela. Para não perder o vínculo com a mesma, ele se torna rendeiro, parceiro até mesmo temporariamente, trabalhador assalariado. Contudo, quando expropriados, tais sujeitos vão a público reivindicar não a terra em si, mas trabalho. É uma luta pela autonomia, pelo controle do que é produzido. (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 66-67).

Portanto, apesar de uma abordagem menos cuidadosa do conceito de camponês levar muitos crerem que há uma certa homogeneidade dentro da classe, é importante ressaltar que não há, e que somente o conceito de camponês dá o arsenal necessário para se analisar seu modo de vida nas mais diferentes escalas (família, renda, trabalho, propriedade privada da terra, entre outros).

Modelos preestabelecidos como os apresentados pelo PCA que evoca a pertinência do termo agricultura familiar balizados pela Lei nº 11.326, não correspondem à realidade do campo brasileiro, pois a classe camponesa não é homogênea, dependendo do tempo e do recorte espacial analisado o camponês vai apresentar diferentes configurações de família, trabalho e produção, que não cabem em modelos preestabelecidos. Esses diferentes arranjos são nada mais que estratégias campesinas de resistência para permanência.

## 3 A PROPRIEDADE PRIVADA PARA O CAMPONÊS E A PRODUÇÃO CAMPONESA

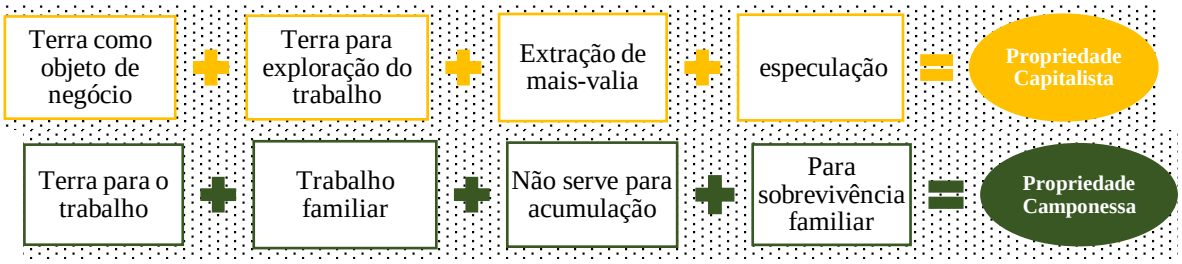
A conflitualidade estrutural pautada na sociedade capitalista na luta de classes, que manifesta na cidade a oposição entre capital e trabalho no campo apresenta particularidades, pois além da produção tipicamente capitalista via assalariamento também desenvolvem relações não-tipicamente capitalistas, onde há sujeitos que detêm controle dos meios de produção e se valem do próprio trabalho para produzir, o campesinato (PAULINO, 2009).

Há três pontos fundamentais para entender o campesinato: é uma classe social dona dos meios de produção; e dona do próprio trabalho realizado nos meios de produção que detém; e por fim o trabalho não é individual, mas familiar. O camponês é

o dono dos meios de produção (terra e demais ferramentas), assim entender a propriedade privada da terra camponesa no seio do modo capitalista de produção é necessário para compreender que a inserção contraditória do campesinato no capitalismo está na propriedade privada da terra.

O espaço agrário brasileiro é composto por dois tipos de propriedade privada como pode ser visto na figura 1.

**Figura 1 - Diferenças entre a propriedade capitalista e a propriedade camponesa**




**Fonte: (PAULINO, 2012, p. 40) Organizado pelo autor.**

A propriedade capitalista é um instrumento de especulação e exploração da força de trabalho com o objetivo de obter mais-valia enquanto a propriedade privada camponesa é o *lócus* onde terra e trabalho se misturam, no segundo modelo a terra não é sinônimo de acumulação, mas de sobrevivência (PAULINO, 2012).

Dentro da propriedade capitalista o critério D – M – D' prevalece, enquanto na propriedade camponesa prevalece o critério M – D – M, no primeiro modelo o objetivo é a reprodução ampliada de capital, enquanto o camponês trabalha para obter dinheiro e comprar aquilo que não produz, mas é necessário para sua família (PAULINO, 2012).

As relações de produção no interior desses dois modelos de propriedades são importantes, pois a terra não produz renda, a renda da terra é produzida por intermédio do trabalho, a renda da terra na propriedade camponesa é diferente da capitalista, pois para obter renda na primeira não há exploração da força de trabalho alheio.

É necessário diferenciar o que cada modelo produz, o capitalista gera **mercadoria-trabalho** e o camponês **mercadoria–produto.** A diferença fica nítida quando se sabe que a mercadoria trabalho é alienadora e resulta de força vital diluída no processo de produção, não permitindo que quem produziu dimensione seu trabalho. Já a mercadoria-produto permite que quem a produz tenha consciência e controle.

O fato do campesinato trabalhar em família reforça a ideia de modelo de produção sem relações capitalistas, pois o trabalho realizado não é assalariado, portanto

não há exploração e apropriação de mais-valia que é regra entre operários ou assalariados rurais.

A classe proletária e o campesinato são diferentes, o proletário mesmo com interesses divergentes da classe burguesa tem uma relação de interdependência com a mesma, o burguês necessita da força de trabalho do proletariado para produzir mercadoria e obter mais-valia, enquanto o proletário precisa do salário para se reproduzir socialmente. O camponês é alheio a isso no sentindo de não depender diretamente do capitalista no processo de produção.

> Não que isso signifique que os camponeses estejam isentos da rapina perpetrada pelos capitalistas, mas sim que seu modo de vida contém uma potencialidade que não se coloca aos trabalhadores proletarizados: enquanto estes somente podem se reproduzir em sua relação indissociável com os primeiros, compradores da única mercadoria que possuem, a força de trabalho, os camponeses são a única classe que pode reproduzir-se independentemente das demais. (PAULINO, 2009, p. 69).

Isso fortalece o campesinato, a força campesina pode ser expressa nas várias formas de resistência frente ao capital, por exemplo, quando ocorre a ocupação de terra, que para o camponês é instrumento de trabalho, meio para sobrevivência e reprodução enquanto classe.

Para exemplificar a resistência camponesa frente a lógica do capital, onde a terra tem valor de troca e não de uso; é conveniente lembrar Fernandes (2013) para ele a ocupação e conquista da terra pelo camponês significa a destruição da relação social capitalista, pelo menos naquele local. Esse enfrentamento gera conflitualidade, que é resultado do enfrentamento das classes. A conflitualidade e o desenvolvimento que ocorrem de forma conjunta.

Segundo Fernandes (2013), conflitos por terra e desenvolvimento rural não são processos separados. As famílias que ocupam terra ao serem assentadas, criam e recriam sua existência, e contribuem para o desenvolvimento territorial rural. A maior parte dos assentamentos resultam de conflitos. Para ele o capital de um lado expropria e exclui, subordina o campesinato, concentra terra e aumenta desigualdade; de outro o campesinato ocupa terra e a ressocializa.

## 3 CARACTERÍSTICAS DO CAMPESINATO

Nessa parte do artigo serão apresentadas algumas características comuns na produção científica sobre o campesinato. Será exposto como característica do campesinato sua relação com variáveis que interferem na dinâmica do seu cotidiano, como: economia familiar; inserção no mercado; diversificação da produção; trabalho; tamanho da propriedade; entre outros.

Mas adverte-se que não se pretende estabelecer modelos, pois o campesinato pode apresentar diversas variáveis e dificilmente uma propriedade ou comunidade camponesa apresentará todas as características aqui apresentadas. Segundo Paulino (2012) a singularidade da classe camponesa está assentada em um conjunto de signos e códigos próprios.

É comum estudos sobre a classe focarem ora na questão econômica, ora no modo de vida, defende-se que essas dimensões não são excludentes, ao analisar a classe camponesa tanto a economia quanto o modo de vida são relevantes. Com relação à economia camponesa:

> A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p. 27).

Chayanov (2014), um dos autores clássicos da questão agrária já dizia que a economia moderna apresenta uma concepção hegemônica onde todos os fenômenos econômicos são eminentemente capitalistas, desconsiderando os demais (não capitalistas), negligenciando-os nas análises. Não é possível realizar uma reflexão econômica tendo por base só categorias capitalistas, sendo que um vasto setor está calcado no trabalho familiar sem assalariamento. Shanin (2008) acredita que a economia familiar é um elemento significativo para entender o camponês, por exemplo, ele pode não ter terra, mas tem uma economia familiar.

Woortmann (1990) ressalta a necessidade de valorizar o modo de vida camponês, para ele é importante ressaltar o que o autor chama de ordem moral camponesa percebida na sua relação com a terra.

A inserção no mercado – um dos principais focos de críticas – para Paulino (2012) é inerente ao capitalismo. A autora retoma Chayanov, onde a inserção ao mercado era entendida como estratégia de fortalecimento, pois: "[...], por permitir aos camponeses dedicarem-se com mais afinco aos cultivos mais rentáveis, adquirindo no mercado aquilo cuja produção própria roubaria tempo e recursos preciosos, especialmente terra, sempre escassa entre eles." (PAULINO, 2012, p.56).

> Acredita-se não ser possível definir a inserção ao mercado como um dos critérios de diferenças, sobretudo quando se considera que as próprias relações humanas se encontram bastante mercantilizadas. Mesmo os grupos que rejeitam tal parâmetro estão direta ou indiretamente inseridos na lógica das transições mercantis, por aquilo que representam ou tem a oferecer como elemento de troca, sejam produtos, conhecimento, cultura, enfim algo diferenciado que se torna objeto de apropriação por uma sociedade ávida de consumo (PAULINO, 2012, p. 58).

Reforçando essa ideia, Martins (2012) afirma que:

> Na sociedade capitalista, o camponês deve ter algum vínculo com o mercado, com o dinheiro e portanto, com o capital. Mas, ao mesmo tempo, ao não ser empregado, assalariado, de outrem, aparece como a pessoa que trabalha para si mesma, com sua família. O seu trabalho e independente, mas sua vida está residualmente articulada com a trama de relações do mercado. (MARTINS, 2012, p. 65).

Uma das características das unidades de produção camponesa é a diversificação da produção que pode ser analisada como estratégia para superar os dessabores do processo de comercialização. Um dos maiores empecilhos na comercialização da produção camponesa é a interferência dos atravessadores, sua presença não é recente nem exclusividade do campo brasileiro, Karl Kautsky (1980) na obra "A questão agrária" já havia falado sobre eles:

> Quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, tanto menos lhe era possível manter-se na fase primitiva da venda direta do produtor aos consumidores. Quanto maiores eram as distâncias e a duração dos mercados para os quais o camponês produzia, e mais lhe era impossível vender diretamente aos consumidores, tanto mais tinha a necessidade de um **intermediário**. O comerciante tomou então lugar entre os consumidores de um lado e os produtores de outro. Era esse mesmo **comerciante** *que*, com uma vista d'olhos, **abarca o mercado** bem melhor

> que os demais, que *o* **domina numa certa medida e que dele se utiliza para explorar o camponês**. (KAUTSKY, 1980, p. 33 – grifos nossos).

O atravessador compra produtos dos camponeses por um preço baixo, remunerando mal o produtor e revende com preços mais altos, o atravessador se apropria da renda da terra camponesa, pois mesmo sem ter a terra e sem ter trabalhado nela, ele fica com uma parte do que o camponês produziu.

> Os camponeses mesmo com a terra ficam a mercê de representantes do capital – os conhecidos intermediários, atravessadores, atacadistas, etc. Que impõe preço baixo ao valor de seus produtos, ficando assim, com uma parcela da renda que seria utilizada para dar melhor condição de vida à reprodução social do campesinato. (ROSA; NASCIMENTO; MENDONÇA, 2012, p. 3).

O produto que sai da propriedade camponesa não termina seu trajeto depois de o atravessador revendê-lo, na verdade pode passar pelas mãos de outras pessoas até chegar ao consumidor final. A cada revenda o preço aumenta, ficando o custo mais alto nas mãos do consumidor e a remuneração mais baixa nas mãos do camponês. Nessa dinâmica o camponês fica refém do atravessador, pois é este que detém o conhecimento de mercado, e dá a possibilidade de venda da produção.

> Existe aí um enfrentamento com efeitos dignos de nota: como uma parte importante dos que cultivam não desperta o interesse da produção tipicamente capitalista, justamente por causa da renda insuficiente para tais padrões, a retirada do mercado pode significar alteração na oferta. Com isso, surge a necessidade de os intermediários capitalistas encontrarem outros produtores que preencham a lacuna, o que igualmente os coloca em posição desconfortável. (PAULINO, 2009, p. 71 – 72).

Rosa, Nascimento e Mendonça (2012) elegem a diversificação interna camponesa como mecanismo de resistência frente a atuação dos atravessadores. A diversificação possibilita que os camponeses desenvolvam seus próprios mecanismos de comercialização para não depender dos atravessadores na circulação da produção, esses mecanismos se materializam nas feiras camponesas, por exemplo.

Segundo Paulino (2012) a diversificação da produção é interessante uma vez que contribui para se proteger da apropriação de sua renda da terra, quanto mais diversa a produção tanto dos cultivos e das criações, menor a vulnerabilidade do camponês.

No que tange à produção e alimentação camponesa, Woortmann e Woortmann (2005) afirmam que a família camponesa produz a maior parte do que consome e

organiza sua produção de acordo com suas necessidades; essa é sua prioridade, só depois há preocupação com a comercialização. A colheita representa para a família a segurança alimentar dentro da propriedade e a obtenção de semente que garantirá sua alimentação no ano seguinte.

Estabelecer um contraponto entre o camponês e o operário é interessante. Para Martins (2012) a classe operária ter igualdade jurídica é fundamental, para o camponês o fundamental é ser livre, ser dono de seus instrumentos de trabalho, sua vontade de que e como produzir. Ser dono do trabalho e do produto é uma característica dessa classe, Chayanov (2014) já dizia que o camponês é um sujeito que é o dono de seu produto gerado no trabalho.

Dentre as características do camponês, pode-se citar segundo Martins (2012) o fato de que camponês (diferente do operário) não trabalhar sozinho, seu trabalho é em família e realizado na sua propriedade, essa característica fomenta a sua sujeição pois ele se torna mais dependente economicamente.

> O capital precisa se apropriar do trabalho para se apropriar dos frutos do trabalho, isto é, da riqueza adicional que o trabalho pode criar em relação aos custos de reprodução da força de trabalho. Apropriar-se dos meios de produção foi o meio histórico que o capital preexistente descobriu para se apropriar da mais-valia. Mas uma vez constituído o sistema capitalista, o capital teve e tem tido condições de se apropriar da mais-valia, mesmo dos trabalhadores que ainda não foram separados de seus meios de produção. É o caso dos camponeses que para comercializar seus produtos tornaram-se dependentes dos setores comerciais intermediários e dos financeiros de que o grande capital se apropriou. (MARTINS, 2012, p. 86 – 87).

Segundo Woortmann (1990, p. 24) “Apesar da variedade com que tem sido construído o conceito de camponês, ressalta um ponto comum: o caráter familiar do trabalho”. Como foi visto o camponês trabalha majoritariamente por ele e para ele, e controla os meios de produção, que no caso é a terra. Mas a terra para esse sujeito é mais do que o suporte de sua produção e meio de geração de renda, a terra para o camponês é também o suporte para um modo de vida, assim como nos mostra Paulino (2012):

> [...] projeto histórico do campesinato, que procura na terra muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários, o que lhe permite se colocar no mundo de forma completamente diversa daqueles que vivenciam a alienação do trabalho. (PAULINO, 2012, p. 32).

Segundo Paulino (2012) transformações resultantes da expansão das relações capitalistas, especialmente no campo, desde o século XIX, tais como elevação dos índices tecnológicos em determinadas áreas provocaram o aparecimento de ideias referentes ao desaparecimento da classe camponesa.

A venda e compra da força de trabalho é evocada para justificar a defesa do desparecimento da classe. Há quem diga que essa atividade descaracteriza o camponês, mas a descaracterização não ocorre desde que a atividade seja menos representativa que o trabalho familiar. Além disso, quando alguém é contratado não há a intenção de uma reprodução ampliada do capital, ou seja, não será usada para auferir lucro, ela assumirá um caráter complementar - essa relação não se enquadra enquanto capitalista.

Outra questão que carece de elucidação refere-se ao tamanho da propriedade, em que a Lei nº 11.326 e o Censo Agropecuário de 2006 estabelecem um limite para enquadrar o agricultor familiar sendo aquele que se reproduz em até quatro módulos fiscais. Chayanov (2014) afirma que quando todos os membros da família estão trabalhando na propriedade, ela atinge o ótimo, que pode tanto aumentar, exigindo maior auto exploração, quanto diminuir. Nesse sentido:

> Em outras palavras, uma unidade capitalista não pode aumentar a intensidade de sua atividade para lá do limite fixado por sua capacidade ótima, a não ser que uma modificação do mercado desloque esse ótimo no sentido de um aumento de intensidade. Na exploração baseada no trabalho familiar, a intensificação pode também verificar-se sem que surja essa alteração do mercado simplesmente por causa da pressão de forças internas, a maior parte das vezes devida a uma relação desfavorável entre a dimensão da família e a superfície cultivada. As características particulares já atribuídas a exploração baseada no trabalho familiar pesam sobre todo o sistema econômico se este é exclusivamente baseado na economia familiar e se, por conseguinte, a categoria do salário está ausente dele. (CHAYANOV, 2014, p. 109).

Na verdade, o tamanho da propriedade está atrelado a composição interna e número de membros da família trabalhando. Para Chayanov (2014) há a necessidade do camponês adquirir mais terra quando há força de trabalho sendo subutilizada, pois mais terra significa aproximar-se do ótimo. Portanto sob a lógica camponesa não interessa o arrendamento e/ou compra de mais terra por famílias que já realizam o ótimo de produção, pois não vai aumentar a prosperidade, mas diminuir recursos.

É comum a defesa da tese de que quando o camponês se tecnifica deixa de ser camponês, e se torna agricultor familiar; para Bombardi (2003) esse tipo de análise é frágil. A autora dá um exemplo de quando trabalhou em um bairro de reforma agrária,

onde os camponeses eram tecnificados e inseridos no mercado, mas apesar disso eles não tinham uma visão empresarial, seus valores ainda são diferentes e imersos em uma ordem moral camponesa.

O veneno na agricultura camponesa também é alvo de críticas. Paulino (2016) afirma que a Reforma Agrária seria o caminho para frear o uso de veneno na produção de comida, pois enquanto tiver terra concentrada a produção de alimentos também estará. Quanto mais concentrada a produção mais artificial ela será, aumentando a possiblidade da agricultura capitalista produzir por um preço menor por unidade, por exemplo, quem produz milhares de pés de alface, ao vender pode ganhar menos por cada um, porque produz em escala, diferente do camponês que para competir vai ter que utilizar venenos. Concluindo, o uso de veneno na agricultura camponesa é resultado de uma dinâmica imposta pelo mundo corporativo, se o camponês não usar veneno ele não compete no mercado.

Paulino (2012) defende que o camponês só se descaracterizaria enquanto tal, ao incorporar a lógica capitalista expressa pela exploração de trabalho e na acumulação de capital. Nesse sentido tanto o nível de bem-estar quanto o volume de bens não devem ser levados em consideração na definição dos camponeses enquanto classe.

Mesmo com às ideias apresentadas referentes ao desaparecimento e descaracterização do campesinato, Paulino (2012) ressalta que, o que de fato ocorre não é o desaparecimento do camponês, mas sim sua recriação, Shanin (2008) exemplifica isso com a ação de movimentos sociais de luta pela terra e as políticas de redistribuição fundiária.

Shanin (2008), afirma que uma das características mais marcantes da classe camponesa é a flexibilidade de se adaptar as diversas situações para ganhar a vida, ele inclusive dá um exemplo dessa flexibilidade:

> Há até mesmo modelos internacionais de sobrevivência camponesa. Por exemplo, encontramos na Alemanha camponeses turcos que vão para lá para trabalharem nas fábricas e remetem a maior parte do que ganham para a Turquia, onde suas famílias sobrevivem desse dinheiro, além de comprarem mais terras. Então, estamos diante de algo novo e excepcional: um campesinato internacional em sua natureza. E, só é possível entendermos como eles vivem e como eles conseguem manter estável a sua subsistência econômica, se conseguirmos entender essa complexidade. (SHANIN, 2008, p. 25).

Para reforçar a ideia da capacidade de adaptação camponesa às mais diversas situações, é interessante apresentar um exemplo de Woortmann (1995) no livro "Herdeiros, Parentes e compadres", na parte onde são abordados os sitiantes nordestinos, a autora mostra a relação família, casamento e sucessão e apresenta o princípio da endogamia genealógica.

A endogamia nesse caso é passível de ser analisada como instrumento para a permanência do campesinato na terra; pois com o passar do tempo e o crescimento da população o acesso à terra foi ficando mais difícil, assim, a endogamia de lugar (quando eram aceitos casamentos com mulheres de outras localidades) foi substituída pela endogamia de sangue (entre parentes no mesmo lugar) para garantir a reprodução social. "Nesse tipo de casamento minimiza a disputa de terras num momento onde surgem consideráveis conflitos em torno da terra, pois é nesta fase que se intensifica o cerceamento da terra de cada família". (WOORTMANN, 1995, p. 265).

É necessário frisar que mesmo com as caracterizações apresentadas, para Shanin (2008) é difícil enquadrar camponeses dentro de modelos teóricos, visto que nem sempre os grupos analisados atenderão a todos os requisitos preestabelecidos. O autor defende que:

> Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato. (SHANIN, 2008, p. 34).

Terra, trabalho, família, liberdade, comida, entre outras são pontos centrais do universo camponês; nas sociedades camponesas essas variáveis não são independentes da outra, não se pensa terra sem família e trabalho; assim, opondo-se a este modelo, as ditas sociedades modernas valorizam a ordem econômica em detrimento a ordem moral típica da classe camponesa. Nessas sociedades as variáveis acima citadas podem ser separadas, a terra, por exemplo, tratada enquanto mercadoria não é pensada em função e atrelada à família e ao trabalho (WOORTMANN, 1990).

Com base nos pressupostos apresentados percebe-se que o que é compreendido erroneamente como sinais que o campesinato é uma classe em vias de extinção, nada mais é do que Trata-se de um processo de adaptação no limite do sistema capitalista, mesmo que de forma periférica, as ingerências históricas, materiais, políticas, jurídicas e

socioculturais inferem uma adaptação que promove ganhos e perdas na luta pelo não desaparecimento.

O campesinato é uma classe integrante do sistema econômico vigente, vive e se reproduz nesse período histórico e não está cristalizado no tempo. Portanto defender a ideia de que pelo fato do campesinato no produzir e se relacionar como o mundo da mesma forma que o fazia no passado é um equívoco.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o campesinato não desapareceu, pelo contrário, superou inúmeras transformações de cunho socioeconômico, cultural e de produção, além de acontecimentos como crises do capital, adoção de diferentes políticas macroeconômicas, modernização conservadora do campo, manutenção e criação de leis para manutenção do *status quo* da propriedade privada, além das formas que o capital usa para macular a propriedade camponesa, tais como a territorialização e monopolização do território pelo capital. Nesse sentido:

> Contudo, esta premissa continua presente em parte das obras que se ocupam da questão agrária na contemporaneidade, e a supressão do conceito de campesinato o demonstra. Como os sujeitos em questão continuam desafiando essa leitura com sua presença concreta no campo, o caminho tem sido o da desconceituação, a exemplo do que transforma camponeses em agricultores familiares. (PAULINO, 2007, p. 4).

O fato de o camponês utilizar tecnologia, ou estar inserido no mercado não o torna menos camponês ou em processo de transformação em agricultor familiar; afinal é na circulação da mercadoria que a renda da terra camponesa se realiza, e como nos lembra Bombardi (2003), é equivocada a ideia de existir um camponês totalmente isolado e sem relação com o mercado, “o camponês não pertence a uma sociedade pré-capitalista, já que não vive como autarquia econômica não desempenhando qualquer papel na vida econômica do conjunto da sociedade” (ALMEIDA, 2003, p. 85). Nesse sentido, para Paulino (2012) a descaracterização do camponês ocorre quando este incorpora a lógica do capital via exploração de trabalho alheio e acumulação.

E mesmo que o camponês interiorize a lógica do capital e passe a obter a renda capitalista e não camponesa da terra, isso não fará dele um agricultor familiar e sim um

capitalista rural. Com relação à metamorfização do camponês em agricultor familiar convêm lembrar Paulino (2012):

> Ao serem transformados em meros trabalhadores familiares, ao serem propugnadas realidades inverossímeis, supostamente redefinidas pela perda do papel produtivo do campo, pela perda da importância da terra, pela homogeneizante tese da multifuncionalidade das unidades produtivas e transformação dos camponeses em "proletários" parciais, está implícita a perda da dimensão de classe, o que não justificaria diante das mudanças em curso, haja vista que a mudança é um componente da realidade, o que colocaria as demais classes sociais no mesmo patamar, o que não é o caso. Isso parece ser mais um indicativo de que ainda sobrevive a estratégia de banimento dessa classe do pacto político. (PAULINO, 2012, p.55).

Já dentro da produção científica, é importante ressaltar que ao utilizar o termo agricultura familiar em detrimento ao conceito de campesinato, se está tirando todo o caráter de luta e resistência historicamente forjado no seio do modo capitalista de produção; quem opta pelo uso do termo agricultor familiar não analisa o homem do campo enquanto classe social. Assim, quem utiliza o termo agricultor familiar deve estar ciente que este termo não é um conceito, é somente uma forma de classificar agricultor levando em conta o tamanho da propriedade (quatro módulos fiscais), e a relação de trabalho no interior da mesma, não é considerado o modo de vida camponês.

Usar o conceito de camponês e não de agricultor familiar, está longe de ser uma mera proposta de padronização e/ou modelo teórico, esse ato significa revestir esse sujeito de todo um peso político de luta e resistência, que só um conceito historicamente forjado pode dar; entender o camponês enquanto classe é agregar a esse sujeito todo o caráter de luta e resistência em diversos capítulos da história, que tiveram o campesinato como protagonistas e participantes fundamentais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, 2003, p. 73 – 88.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, 2003, p. 107 – 117.

BRASIL, Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, set. 2006, p.146-162.

CHAYANOV, Alexander. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, Horácio Martins de Carvalho (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 99 – 137.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia**, Londrina, v. 15, n. 1, 2006, p. 205 – 219.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro Agustini. **Questão agrária do Brasil:** o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Censo agropecuário de 2006: um marco da disputa territorial entre campesinato e agronegócio. **Boletim da luta**. n. 22, 2009.

HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. **Luta de Classes**. São Paulo: Global Editora. 1980.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006:** Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009.

KAUTSKI, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **NERA**, v. 11, 2008, p. 57-67.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo** – Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Questão agrária e ensino de geografia: um debate necessário. In: KATUTA, Ângela Massumi; ELY, Deise Fabiana; PAULINO, Eliane Tomiasi.; CUNHA, Fábio Cesar Alves; ANTONELLO, Ideni Terezinha (Orgs.). **Geografia e mídia impressa.** São Paulo. Expressão Popular, 2009, p. 61 – 86.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Soberania alimentar em contraponto à segurança alimentar – Drª. Eliane Tomiasi Paulino**. 21min 05. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q_AaA1AiKMY>. Acessado em: 11 Fev. 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi. O campo brasileiro no cenário da matriz energética renovável: notas para um debate. **Terra Livre**. São Paulo, v.2, n.29, 2007, p. 95 – 114.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2012.

ROSA, Marcelo do Nascimento; NASCIMENTO, Aline Cristina; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Trabalhar e diversificar para quê? As estratégias de reprodução do campesinato. In: Jornada do Trabalho, 13., 2012, Presidente Prudente. **Anais...**Presidente Prudente, 2012.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**. Presidente Prudente, n. 7, 2005, p. 1-21.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 23 – 47.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O Camponês e o Trabalho: analisando a importância do excedente social. **Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, v. 11, n. 1, 2010, p. 64-76.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. As ideologias do capital para o campo brasileiro: o agronegócio e a agricultura familiar. **Colóquio do Museu Pedagógico**. v. 10, n. 1, 2013, p. 437-467.

VINHA, Janaina Francisca. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **NERA**, Presidente Prudente, n. 23, 2013, p. 27 - 42.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres:** Colonos do sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 1995.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia" o Campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 11-73.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O significado do alimento na família camponesa. **UNISINOS**, v. 4, n.163, 2005, p. 13-17.